



Primeiro Termo de Retificação do Edital N° 01/IMA/2019 do Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Nível Superior do Quadro de Pessoal do Instituto do Meio Ambiente/IMA.

O Presidente do Instituto do Meio Ambiente/IMA, no uso de suas atribuições, resolve **RETIFICAR** o Edital nº 01/IMA/2019 do Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Nível Superior do Quadro de Pessoal do IMA, conforme segue:

1. Suprimir do Programa para o Cargo de Engenheiro Florestal as seguintes informações:

Uso sustentado dos recursos florestais. Equilíbrio dos ecossistemas nos biomas da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Práticas de Laboratório de Silvicultura. Entomologia Florestal. Fitologia Florestal. Viveiro Florestal e Produção de Mudas com Espécies da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Silvicultura em áreas subtropicais. Manejo de Recursos Florestais da Floresta Atlântica. Plano de Manejo de Unidades de Conservação. Uso Sustentado da Vegetação Nativa. Espécies Florestais da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Volumetria de Madeira. Legislação Ambiental: Legislação Federal: Uso de Água Pública para fins Agropecuários, Áreas de Preservação Permanente, Licenciamento Ambiental para Atividades Agrícolas, Ordenamento Legal para uso de Agrotóxicos. Impactos Ambientais / Poluição: Poluição e Conservação dos Recursos Naturais, Tratamentos e Destinação Final de Efluentes Agropecuários. Inventários florestais, suinocultura, atividades agrossilvipastoris, avicultura, análise e supressão de vegetação, Cadastro Ambiental Rural, Decreto 2955/2010, resoluções CONAMA 04/94, 261/99, 417/09, 423/10. Decreto 6660/2008, Lei Federal 6938/81, Estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, licenciamento ambiental (conceito e finalidade, aplicação, etapas, licenças, competência, estudos ambientais, análise técnica e órgãos intervenientes). Resoluções CONAMA 237/1997 e CONSEMA 98/2017.

2. Suprimir e acrescentar do Programa de Direito e Legislação para todos os cargos as seguintes informações:

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição Federal (Título I – Dos Princípios Fundamentais; Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Capítulo I e II; Título III – Da Organização do Estado: Capítulo VII – Da Administração Pública, Seção I e II. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública: estrutura administrativa, conceito e poderes do Estado, entidades políticas e administrativas, espécies de agentes públicos. Atividade Administrativa: conceito, natureza e fins, princípios básicos. Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Ato Administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação. Contratos Administrativos: ideia central sobre contratos, formalização, execução. Controle da Administração Pública: controle administrativo, legislativo e judiciário. LEGISLAÇÃO: Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina: Lei n. 6.745/1985. Lei Federal nº 8.429/1992. Lei Estadual nº 14.675/2009. Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA (Resoluções nº 01/2006 e 02/2006, e suas alterações). Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (Resoluções nº 01/1986, 237/1997, 357/2005, 369/2006 e 429/2011). Código Florestal - Lei Federal nº 9605/98. Decreto Federal nº 6514/08. Lei nº 9.985/2000, que institui o sistema de unidades de conservação da natureza. Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Lei nº 12.651/2012.

Florianópolis, 29 de outubro de 2019.

VALDEZ RODRIGUES VENÂNCIO
Presidente do IMA